



TESTE SELETIVO – EDITAL N.º 219/2025-PRH ADVOGADO

NOME DO CANDIDATO: _____

ASSINATURA DO CANDIDATO: _____

INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA E PREENCHIMENTO DA FOLHA DE RESPOSTAS

- Verifique se este caderno contém 40 questões e assine-o no local apropriado.
- Confira os dados da folha de respostas e assine-a no local apropriado.
- A folha de respostas é o único documento hábil para a correção da prova objetiva e **deverá** ser preenchida com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- A marcação das letras na folha de respostas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica de cor azul ou preta**, conforme o exemplo:



- Na folha de respostas, não poderá haver rasuras e não poderá haver mais de uma alternativa assinalada para cada questão; caso isso ocorra, a questão será anulada.
- Não haverá substituição da folha de respostas.
- A prova terá duração de 03 (três) horas, incluindo o preenchimento da folha de respostas.
- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após uma hora e trinta minutos do início da prova.
- O candidato que necessitar utilizar o sanitário deverá solicitar isso ao aplicador de prova.
- Este caderno de prova **não** poderá ser levado. O candidato poderá transcrever as respostas no rascunho abaixo e levá-lo consigo ao término da prova.

Corte na linha pontilhada.

.....
UEM – Edital n.º 219/2025-PRH – Teste Seletivo para a função de Advogado.

RASCUNHO – ANOTE AQUI AS SUAS RESPOSTAS

Questões	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	
Respostas																					
Questões	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	
Respostas																					

CRONOGRAMA:

- Divulgação do gabarito e do caderno de prova: 1.º/9/2025, às 17h.
- O caderno de prova ficará disponível em www.uem.br/concurso até a divulgação do resultado final.
- Divulgação do resultado da prova objetiva: 10/9/2025.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

Questão 01

A Universidade X ajuizou uma ação de desapropriação para fins de expansão de seu *campus*. Durante o trâmite processual, entrou em vigor uma nova lei processual civil que alterava o rito da desapropriação, tornando-o mais célere. A Universidade X, então, requereu a aplicação imediata da nova lei ao processo em curso. A parte contrária, contudo, alegou que a nova lei não poderia retroagir para atingir atos processuais já praticados.

Considerando a situação hipotética, assinale a alternativa **correta** sobre a aplicação das normas processuais civis no tempo.

- A) A nova lei processual civil aplica-se imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais já praticados e as situações jurídicas consolidadas.
- B) A nova lei processual civil não pode ser aplicada ao processo em curso, em respeito ao princípio da irretroatividade das leis.
- C) A aplicação da nova lei depende da concordância de ambas as partes envolvidas no processo.
- D) A nova lei só se aplicaria se o processo estivesse em fase inicial, antes da citação do réu.
- E) A nova lei processual civil só terá aplicação aos processos iniciados após a sua entrada em vigor.

Questão 02

A Pró-Reitoria de Ensino da Universidade Estadual de Maringá (UEM), localizada em Maringá-PR, está revisando o projeto pedagógico de um novo curso de graduação. Durante a elaboração do currículo, surgiu uma discussão sobre a flexibilidade da carga horária total em relação às diretrizes do Conselho Nacional de Educação (CNE). Um grupo de professores defende que a carga horária mínima estabelecida pelo CNE deve ser estritamente seguida, enquanto outro argumenta que o Regimento Geral da UEM permite uma margem de acréscimo.

Considerando as normas do Regimento Geral da Universidade Estadual de Maringá, assinale a alternativa **correta** sobre a carga horária dos currículos.

- A) A carga horária do currículo pode ultrapassar em até 20% o total da carga horária mínima fixada pelo Conselho Nacional de Educação para o curso, não computando as Atividades Acadêmicas Complementares e as Unidades Curriculares de Extensão.
- B) A carga horária do currículo deve ser exatamente igual à carga horária mínima fixada pelo Conselho Nacional de Educação, sem qualquer possibilidade de acréscimo.
- C) A carga horária do currículo pode ultrapassar em até 10% o total da carga horária mínima fixada pelo Conselho Nacional de Educação, computando-se as Atividades Acadêmicas Complementares.
- D) O Regimento Geral da UEM não estabelece limites para a carga horária do currículo, deixando a definição a cargo de cada colegiado de curso.
- E) A carga horária mínima fixada pelo Conselho Nacional de Educação já inclui as Atividades Acadêmicas Complementares e as Unidades Curriculares de Extensão, não sendo permitido acréscimo.

Questão 03

Não pode ser considerada causa de cessação da menoridade

- A) concessão dos pais, ou de um deles, na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- B) Casamento.
- C) exercício de função pública, ainda que temporária.
- D) colação de grau em curso superior.
- E) estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

Questão 04

Maria, servidora pública da do estado do Paraná, foi exonerada em processo administrativo disciplinar que entende ser nulo por cerceamento de defesa. Pretendendo sua imediata reintegração ao cargo, ajuizou ação anulatória de ato administrativo com pedido de tutela de urgência. Para tanto, juntou aos autos cópia do processo administrativo, no qual se verifica a ausência de intimação para apresentação de alegações finais.

Considerando o caso narrado, assinale a alternativa **correta** sobre a tutela provisória.

- A) A tutela de urgência não pode ser concedida, pois a demissão de servidor público é ato administrativo com presunção de legitimidade e veracidade.
- B) A tutela de urgência poderá ser concedida, desde que Maria demonstre a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- C) A concessão da tutela de urgência depende da prestação de caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer.
- D) A tutela de urgência, por ser satisfativa, só pode ser concedida após a oitiva da Fazenda Pública.
- E) A tutela de urgência não pode ser concedida em caráter liminar, ou seja, sem a oitiva prévia da parte contrária.

Questão 05

De acordo com a Lei n.º 20.656/2021, que trata do procedimento da sindicância e do processo administrativo disciplinar dos servidores estaduais, assinale a alternativa **correta**.

- A) Para assegurar a produção de provas e a integridade da sindicância ou do processo administrativo disciplinar, a autoridade instauradora poderá determinar, em caráter cautelar, o afastamento do servidor investigado, com direito à remuneração, limitado ao prazo máximo de até 60 dias contínuos.
- B) O afastamento cautelar do servidor investigado tem natureza suspensiva, implicando, assim, suspensão do pagamento da sua remuneração durante o período da medida.

- C) Durante o afastamento preventivo, o servidor não terá direito à contagem do tempo de serviço público relativo ao período da medida, mesmo quando não resultar pena disciplinar.
- D) Durante o afastamento preventivo, o servidor perceberá vantagens, quotas de produtividade e demais gratificações relacionadas ao efetivo exercício.
- E) É permitida a exoneração a pedido, bem como a concessão de aposentadoria voluntária, ao servidor que esteja sujeito à sindicância ou respondendo a processo administrativo disciplinar e, se aplicada pena, somente após o seu cumprimento.

Questão 06

Regime jurídico administrativo. Assinale a alternativa **correta**.

- A) A criação de órgão público sempre deve ser realizada por lei; porém a extinção, quando não acarreta aumento de despesas, pode ser feita via decreto.
- B) Em obediência ao princípio da publicidade, todo e qualquer ato administrativo deve ser publicado em diário oficial.
- C) A motivação de um ato administrativo deve ser sempre apresentada concomitantemente a sua publicação.
- D) A autotutela administrativa compreende o controle sobre a legalidade, a legitimidade e o mérito do ato administrativo.
- E) As funções de confiança, de livre nomeação pela autoridade, e os cargos de confiança, exercidos unicamente por servidores públicos de carreira, são exceções ao princípio da eficiência administrativa.

Questão 07

É de responsabilidade do respectivo superior hierárquico apurar e aplicar a penalidade proporcional prevista em Lei sobre a conduta faltosa de seu servidor subordinado que cometeu falta disciplinar durante a realização do serviço.

Essa ação do superior hierárquico decorre do poder

- A) hierárquico.
- B) de polícia.
- C) disciplinar.
- D) regulamentar.
- E) de tutela.

Questão 08

Chefe do Ministério da União e Chefe do Ministério Público dos Estados, Distrito Federal e Territórios serão nomeados e reconduzidos de acordo com os seguintes ditames constitucionais:

- A) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida uma recondução. Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- B) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria simples dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução. Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista sêxtupla dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- C) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira em lista tríplice, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução. Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, maiores de trinta e cinco anos, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

- D) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria qualificada dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a sucessiva recondução. Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista sêxtupla dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, após aprovação da Ordem dos Advogados do Brasil, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- E) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução. Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Questão 09

Uma entidade que pertença à administração indireta, dotada de personalidade jurídica de direito privado, exploradora de atividade econômica, que tenha um agente que pratique dano a terceiros, estará sujeita

- A) à responsabilidade civil objetiva do Estado.
- B) à responsabilidade oriunda da teoria do risco administrativo.
- C) à responsabilidade oriunda da teoria do risco integral.
- D) à responsabilidade oriunda da falta do serviço.
- E) à responsabilidade civil privada.

Questão 10

A Universidade Estadual de Maringá-PR (UEM), com sede em Maringá-PR, celebrou contrato de prestação de serviços de manutenção de equipamentos de laboratório com a empresa “TecnoLab”, com sede em Curitiba-PR. O contrato, omissivo quanto ao foro de eleição, previa que o pagamento deveria ser realizado na sede da UEM. Inadimplido o contrato pela “TecnoLab”, a UEM pretende ajuizar ação de execução.

Diante do caso hipotético, assinale a alternativa que indica o foro competente para a propositura da ação.

- A) O foro competente é o de Maringá-PR, pois é o lugar onde a obrigação deveria ser satisfeita.
- B) O foro competente é o de Curitiba-PR, pois é o domicílio do réu.
- C) A competência é concorrente, podendo a ação ser ajuizada tanto em Maringá-PR quanto em Curitiba-PR.
- D) A competência é do foro da capital do Estado onde o contrato foi celebrado.
- E) Por se tratar de relação de consumo, a competência é do foro de domicílio do consumidor, ou seja, Curitiba-PR.

Questão 11

Em uma ação de cobrança de mensalidades em atraso, ajuizada pela Universidade Privada de Maringá-PR (UPM) contra um ex-aluno, foi proferida sentença condenando o réu ao pagamento do débito. Após o trânsito em julgado, a UPM iniciou a fase de cumprimento de sentença. O executado, devidamente intimado para pagar o débito, apresentou impugnação ao cumprimento de sentença, alegando excesso de execução.

Sobre a impugnação ao cumprimento de sentença, assinale a alternativa **correta** à luz do Código de Processo Civil.

- A) A impugnação ao cumprimento de sentença suspende automaticamente o processo de execução.
- B) A impugnação ao cumprimento de sentença pode versar sobre qualquer matéria de defesa, inclusive as que poderiam ter sido alegadas na fase de conhecimento.

- C) A impugnação ao cumprimento de sentença é o meio de defesa do executado na fase de cumprimento de sentença e pode alegar, entre outras matérias, a inexigibilidade do título ou o excesso de execução.
- D) A impugnação ao cumprimento de sentença só pode ser apresentada após a garantia do juízo pela penhora de bens.
- E) A decisão que julga a impugnação ao cumprimento de sentença é irrecorrível.

Questão 12

A Universidade Estadual de Maringá-PR (UEM), buscando otimizar seus recursos e aplicar o conhecimento gerado em seus laboratórios, decidiu prestar serviços de consultoria técnica especializada para empresas privadas da região, utilizando a infraestrutura e o corpo técnico da instituição. Parte da receita obtida com esses serviços foi repassada diretamente aos servidores envolvidos, conforme regulamentação interna. Um fiscal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ao analisar as contas da UEM, questionou a legalidade desse repasse, alegando que verbas públicas não poderiam ser destinadas a pagamentos diretos a servidores por serviços extras.

Considerando a Lei Estadual n.º 11.500/1996, assinale a alternativa **correta**.

- A) O repasse da receita aos servidores é ilegal, pois a Lei Estadual não autoriza a remuneração de servidores por serviços prestados a terceiros.
- B) A UEM, por ser uma instituição pública, não pode prestar serviços a empresas privadas, independentemente da lei estadual.
- C) A Lei Estadual n.º 11.500/1996 permite a prestação de serviços a terceiros, mas veda expressamente o repasse de qualquer valor aos servidores.
- D) A legalidade do repasse depende de autorização específica em lei federal, não bastando a lei estadual.
- E) O repasse é legal, pois a Lei Estadual autoriza as Instituições de Ensino Superior a prestarem serviços e/ou produzirem bens para terceiros, bem como a repassarem aos servidores parte da receita decorrente, desde que observadas as condições e os limites estabelecidos em regulamento.

Questão 13

Assinale a alternativa **correta** sobre o que determina a Constituição Brasileira de 1988 sobre a composição do quinto constitucional.

- A) Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros do Ministério Público com mais de dez anos de carreira e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.
- B) Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros do Ministério Público com mais de dez anos de carreira e de advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.
- C) Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros do Ministério Público com mais de dez anos de carreira notório saber jurídico e de reputação ilibada e de advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.
- D) Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros, do Ministério Público com mais de dez anos de carreira e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista tríplex pelos órgãos de representação das respectivas classes.
- E) Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros do Ministério Público com mais de cinco anos de carreira e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada com mais de cinco anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista tríplex pelos órgãos de representação das respectivas classes.

Questão 14

Um grupo de estudantes da Universidade Estadual Z impetrou mandado de segurança coletivo pleiteando a suspensão de um ato administrativo da reitoria que aumentava significativamente o valor das taxas de matrícula e mensalidades de cursos de pós-graduação, alegando ilegalidade e violação ao princípio da razoabilidade. Os estudantes requereram a concessão de medida liminar para suspender imediatamente os efeitos do ato. O juiz, ao analisar o pedido liminar, deve observar as limitações impostas pela Lei Federal n.º 8.437/1992.

Diante do exposto, assinale a alternativa **correta**.

- A) A Lei n.º 8.437/1992 impede a concessão de qualquer medida liminar contra o Poder Público.
- B) A medida liminar pode ser concedida sem a oitiva prévia do Poder Público, desde que haja perigo de dano irreparável.
- C) A concessão de liminar contra o Poder Público é sempre discricionária do juiz, não havendo limitações legais.
- D) A Lei n.º 8.437/1992 se aplica apenas a ações populares e a ações civis públicas, não abrangendo mandados de segurança.
- E) A Lei n.º 8.437/1992 estabelece que não será cabível medida liminar que esgote, no todo ou em parte, o objeto da ação, sem a oitiva do representante judicial da pessoa jurídica de direito público.

Questão 15

Determinado servidor público estadual consegue licença de 15 (quinze) dias para tratar de interesses particulares junto ao seu superior hierárquico. No último dia da licença, o superior hierárquico resolve revogá-la, alegando motivos de oportunidade e conveniência.

Diante desse caso é **correto** afirmar que

- A) é possível com a concordância expressa do servidor.
- B) é possível com a concordância expressa do chefe do superior hierárquico.
- C) é possível em razão da discricionariedade administrativa envolvida.
- D) não é possível já que se trata de anulação de ato administrativo e não de revogação.
- E) não é possível porque o ato já exauriu seus efeitos.

Questão 16

Em ação de indenização por danos materiais e morais proposta por João Almeida contra a sociedade empresária Beta S.A., foi proferida sentença de mérito que julgou procedente o pedido, condenando a ré ao pagamento das indenizações pleiteadas. A ré interpôs recurso de apelação, ainda pendente de julgamento. Não obstante, o autor pretende promover, desde logo, o cumprimento provisório da sentença, alegando urgência no recebimento da verba indenizatória de natureza material, em razão de sua situação de vulnerabilidade econômica e necessidade de subsistência.

À luz do Código de Processo Civil e da hipótese apresentada, assinale a alternativa **correta**.

- A) Caso a executada não efetue o pagamento do valor indicado pelo exequente, não incidirão a multa de 10% e os honorários advocatícios de 10%, por se tratar de cumprimento provisório de sentença.
- B) Demonstrada a situação de necessidade pelo exequente, poderá ser dispensada a caução exigida para levantamento de depósito em dinheiro eventualmente realizado pela executada.
- C) O depósito tempestivo do valor pelo executado será considerado ato incompatível com o recurso por ele interposto.
- D) Não sendo o crédito de natureza alimentar, é vedada a dispensa da caução exigida para levantamento de depósito em dinheiro eventualmente realizado pela executada.
- E) Se a sentença objeto de cumprimento provisório for reformada ou anulada parcialmente, a execução provisória ficará integralmente sem efeito, restituindo-se as partes ao estado anterior e apurando-se eventuais prejuízos nos próprios autos.

Questão 17

Imperatividade é um dos atributos de um ato administrativo, impondo a coercibilidade para seu cumprimento. Qual dos atos seguintes relacionados dispensam o atributo da imperatividade?

- A) Atos normativos.
- B) Atos punitivos.
- C) Atos ordinatórios.
- D) Atos enunciativos.
- E) Atos de poder de polícia.

Questão 18

Em uma ação de investigação de paternidade, ajuizada na comarca de Maringá-PR, o juiz nomeou perito de sua confiança para a realização do exame de DNA. O autor, beneficiário da justiça gratuita, impugnou a nomeação, alegando que o perito nomeado não estava cadastrado no tribunal de Justiça do Estado do Paraná e que seus honorários eram excessivos. O juiz, no entanto, manteve a nomeação.

Sobre a situação descrita, assinale a alternativa **correta**.

- A) A decisão do juiz está correta, pois a nomeação do perito é ato discricionário do juiz, não cabendo à parte impugná-la.
- B) A decisão do juiz está incorreta, pois a legislação prevê que os peritos serão nomeados entre os profissionais legalmente habilitados e os órgãos técnicos ou científicos devidamente inscritos em cadastro mantido pelo tribunal ao qual o juiz está vinculado.
- C) A impugnação da nomeação do perito só poderia ser feita pelo Ministério Público.
- D) O autor, por ser beneficiário da justiça gratuita, não tem interesse em impugnar a nomeação do perito, pois não arcará com os honorários.
- E) A nomeação de perito não cadastrado no tribunal gera apenas irregularidade, não nulidade.

Questão 19

Não pode ser considerada característica dos direitos obrigacionais:

- A) perpetuidade.
- B) atipicidade.
- C) prevalência do princípio do consensualismo.
- D) natureza relativa (*intra partes*).
- E) titularidade passiva determinada, no que tange à identificação de futuros demandados em processos judiciais.

Questão 20

Não se pode considerar forma de perda da posse

- A) abandono da coisa.
- B) tradição.
- C) destruição da coisa.
- D) posse de outrem.
- E) transmissão da posse direta ao locatário, vez que o locador permaneceria com a posse indireta sobre o bem.

Questão 21

A empresa Omega S/A ajuizou ação de cobrança em face da Construtora X Ltda., buscando o recebimento de valores relativos a um contrato de construção de um novo espaço. Durante a instrução processual, o juiz, de ofício, determinou a produção de prova pericial, não requerida pelas partes, por entendê-la essencial para o deslinde da controvérsia sobre a qualidade da obra. A Construtora X, em suas alegações finais, arguiu a nulidade da prova, sob o argumento de que o juiz não poderia ter agido de ofício, violando o princípio da inércia da jurisdição.

Considerando a situação hipotética, assinale a alternativa **correta**.

- A) A arguição de nulidade da Construtora X procede, pois o princípio da inércia da jurisdição impede o juiz de determinar a produção de provas de ofício.
- B) O juiz só poderia determinar a produção de prova pericial de ofício em ações que versem sobre direitos indisponíveis.
- C) A prova pericial só poderia ser determinada de ofício se houvesse concordância expressa de ambas as partes.
- D) A arguição de nulidade não procede, pois o Código de Processo Civil autoriza o juiz a determinar, de ofício, as provas necessárias ao julgamento do mérito em nome do princípio do impulso oficial e da busca da verdade real.
- E) A determinação de produção de prova de ofício pelo juiz viola o princípio do contraditório e da ampla defesa.

Questão 22

No que tange ao Estatuto do Servidor Público do Estado do Paraná (Lei Estadual n.º 6.174/1970, assinale a alternativa **correta**.

- A) Cargo é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um funcionário, identificando-se pelas características de criação por ato de governo, sem a necessidade de denominação própria e número certo, mas com pagamento realizado pelos cofres do Estado.
- B) Os cargos podem ser de provimento efetivo, não se admitindo para estes (cargos) o sistema de provimento de comissão.
- C) Posse é o ato que completa a investidura em cargo público. Independem de posse os casos de promoção, acesso, reintegração e designação para função gratificada.

- D) Estágio probatório é o período de dois anos de efetivo exercício, a contar da data do início deste, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no cargo efetivo para o qual foi nomeado. Não se incluem dentre os aludidos requisitos necessários, a chamada idoneidade moral do funcionário, haja vista tratar-se de expressão subjetiva.
- E) Nenhum servidor poderá desempenhar atribuições diversas das pertinentes à classe a que pertence, ainda que se trate de função gratificada, de cargo em comissão ou de substituição.

Questão 23

Em relação ao filtro da transcendência no recurso trabalhista, assinale a afirmação **correta**.

- A) A demonstração da transcendência nas causas trabalhistas é requisito necessário para interposição do recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- B) A negativa de seguimento ao recurso de revista por ausência de demonstração da transcendência somente será possível por decisão colegiada.
- C) O filtro da transcendência se destina a realizar o controle difuso de constitucionalidade das leis trabalhistas.
- D) O recurso de revista é cabível contra as decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, que violem frontalmente normas da Constituição da República.
- E) A transcendência no recurso de revista visa a selecionar as causas em que a questão jurídica debatida afeta determinada coletividade ou a sociedade em geral, tendo nítido caráter transindividual.

Questão 24

Acerca do disposto no Regimento Geral da UEM, **não** pode ser apontada como competência da chefia de departamento

- A) convocar o Conselho Interdepartamental e presidir suas reuniões.
- B) convocar e presidir as reuniões do departamento.
- C) verificar o cumprimento da frequência do pessoal lotado no departamento.
- D) supervisionar a execução das atividades dos docentes e do pessoal técnico universitário lotado no departamento.
- E) executar a dotação orçamentária do departamento.

Questão 25

A respeito do salário e da remuneração, assinale a alternativa **correta**.

- A) Ao empregado que trabalha em atividade que é considerada, simultaneamente, nociva à saúde e perigosa, são devidos os adicionais de insalubridade e periculosidade.
- B) Nos contratos de trabalho por produtividade, é lícito o estabelecimento de salário exclusivamente variável (por comissões), independentemente, de outras garantias.
- C) O valor da hora noturna deverá ser, no mínimo, 25% superior ao da diurna para os trabalhadores urbanos, acrescido este denominado de adicional noturno.
- D) O empregado não pode sofrer, em hipótese alguma, redução no seu salário.
- E) O fornecimento de utilidades ao empregado como contraprestação aos serviços executados pode caracterizar o salário utilidade, incorporando-se o correspondente pecuniário à sua remuneração.

Questão 26

A respeito da Resolução n.º 063/2024 do Conselho de Administração da Universidade Estadual de Maringá, que aprova o regime disciplinar dos seus servidores, assinale a alternativa **correta**.

- A) É cabível a advertência para os casos de negligência do servidor, mediante carta escrita do seu superior hierárquico, com limitação a três penalidades dessa natureza ao investigado.
- B) É cabível a repreensão, aplicada por escrito, em caso de cometimento de assédio moral, sexual, discriminação ou perseguição no ambiente de trabalho.
- C) É cabível a suspensão, que não excederá a cento e oitenta dias, aplicada em caso de falta grave, de infração às proibições e de reincidência em falta que tenha resultado em pena de advertência.
- D) É cabível a destituição de função, aplicada em caso de falta de exaço no cumprimento do dever, de benevolência ou negligência contributiva para falta de apuração, no devido tempo, de infração perpetrada por outrem.
- E) A pena de demissão não é cabível no âmbito administrativo, sendo possível apenas após sentença criminal condenatória proferida pelo órgão judicial competente, com trânsito em julgado.

Questão 27

Acerca da sucessão provisória tratada pelo Código Civil, quando decorrido um ano da arrecadação dos bens do ausente, ou se ele deixou representante ou procurador, em se passando três anos, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e que se abra, provisoriamente, a sucessão. Para tal finalidade (requerer declaração de ausência com abertura provisória de sucessão), não pode ser considerado interessado, segundo o Código Civil,

- A) o cônjuge não separado judicialmente.
- B) os herdeiros presumidos, legítimos ou testamentários.
- C) os que tiverem sobre os bens do ausente direito dependente de sua morte.
- D) os credores de obrigações vencidas e não pagas.
- E) o representante do Ministério Público Estadual, quando não concorrer qualquer outra hipótese que lhe atribua interesse institucional.

Questão 28

Não pode(m) ser considerada(s) pessoa(s) jurídica(s) de direito público interno

- A) a União.
- B) os Estados e o Distrito Federal.
- C) os Municípios.
- D) as demais entidades de caráter privado, quando criadas por lei federal.
- E) as autarquias, inclusive as associações públicas.

Questão 29

Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil

- A) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- B) garantir a independência nacional.
- C) promover solução pacífica dos conflitos.
- D) respeitar o pluralismo político.
- E) promover a dignidade da pessoa humana.

Questão 30

A respeito dos períodos de descanso para os empregados em geral, assinale a alternativa **correta**.

- A) O intervalo intrajornada é computado na jornada de trabalho.
- B) Considera-se noturna a atividade executada entre as 18 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte.
- C) A época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregador.
- D) Em caráter excepcional, as férias poderão ser desmembradas em dois períodos, um dos quais não poderá ser inferior a 10 dias.
- E) Em hipótese alguma será admitida a redução do intervalo intrajornada para menos de 1 hora.

Questão 31

Sobre a estabilidade provisória da gestante, assinale a alternativa **correta**.

- A) A estabilidade provisória somente estará assegurada se a gestante comunicar a gravidez ao empregador.
- B) A estabilidade provisória da gestante tem início com a confirmação da gravidez e se estende até 180 dias após o parto.
- C) A preexistência da gravidez ao contrato de trabalho afasta o direito da gestante à estabilidade provisória.
- D) Segundo entendimento firmado pelo Tribunal Superior do Trabalho, a estabilidade provisória da gestante se aplica também aos contratos por prazo determinado, incluindo os contratos de experiência.
- E) A gravidez confirmada durante o prazo do aviso prévio, trabalhado ou indenizado, não garante à empregada a estabilidade provisória.

Questão 32

Em relação à prescrição e decadência no direito do trabalho, assinale a alternativa **correta**.

- A) A prescrição quinquenal conta-se, retroativamente, a partir da extinção do contrato de trabalho.
- B) Não se aplica, no processo trabalhista, a prescrição intercorrente.
- C) O prazo da prescrição intercorrente, no processo trabalhista, é de 5 anos.

- D) A prescrição intercorrente somente será reconhecida, mediante provocação da parte interessada.
- E) A fluência do prazo prescricional intercorrente inicia-se quando o exequente deixa de cumprir determinação judicial no curso da execução.

Questão 33

Dentre as matérias seguintes, marque a alternativa que representa apenas a competência exclusiva da União.

- A) Explorar serviços de radiofusão sonora, de sons e imagens e legislar sobre trânsito e transporte.
- B) Explorar os portos fluviais e conceder anistia.
- C) Manter o serviço postal e legislar sobre serviço postal.
- D) Organizar e fiscalizar a proteção e o tratamento de dados pessoais, nos termos da lei, e cuidar da saúde e da assistência pública, da proteção e garantia das pessoas com deficiência.
- E) Organizar, manter e executar a inspeção do trabalho e proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

Questão 34

A respeito do princípio da congruência ou adstrição no direito processual do trabalho, assinale a alternativa **correta**.

- A) O princípio da ultrapetição permite que o julgador reconheça, em favor do empregado, direitos que não foram pedidos ou que estão além do que foram pedidos.
- B) Em casos excepcionais, o princípio da congruência pode ser relativizado, admitindo o julgamento *ultra petita* de direitos que estejam no contexto da petição inicial e que foram objeto de contraditório.
- C) O princípio da congruência não se aplica ao processo do trabalho em observância ao princípio da condição mais favorável ao trabalhador.
- D) O julgador não pode proferir sentença *citra* ou *ultra petita*, sendo admitida, excepcionalmente, a *extra petita*, em observância ao princípio da primazia da realidade.
- E) A inobservância do princípio da adstrição pelo julgador implica nulidade absoluta da sentença.

Questão 35

Sobre a execução da sentença trabalhista, assinale a alternativa **correta**.

- A) Contra as decisões proferidas na fase de execução o recurso cabível é o ordinário.
- B) O Executado pode embargar a execução da sentença trabalhista, independentemente de garantia da execução por penhora de bens, não havendo, contudo, atribuição de efeito suspensivo à execução.
- C) O prazo para oposição dos embargos é de 15 dias úteis, contados da data da garantia da execução pela penhora de bens.
- D) A oposição de embargos somente será admitida após a garantia integral da execução pela penhora de bens suficientes à satisfação do crédito exequendo.
- E) A execução da sentença trabalhista segue o rito previsto no Código de Processo Civil para o cumprimento de sentença.

Questão 36

Acerca das ações trabalhistas, assinale a alternativa **correta**.

- A) Nos litígios trabalhistas, serão fixados honorários advocatícios de sucumbência, entre 5% a 15% sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.
- B) Nas causas trabalhistas de valor superior a 40 salários-mínimos, a representação técnica é obrigatória.
- C) O empregado, beneficiário da justiça gratuita, poderá ser condenado aos ônus sucumbenciais até o limite do crédito obtido na ação trabalhista.
- D) A multa por litigância de má-fé aplicada contra o empregado ficará sob condição suspensiva de cobrança, caso seja ele beneficiário da justiça gratuita.
- E) A regra de competência para ajuizamento da ação trabalhista é do local da sede da empregadora ou, alternativamente, da prestação dos serviços.

Questão 37

O exercício da posse, analisada enquanto direito autônomo em relação à propriedade, outorga ao seu titular algumas prerrogativas, denominadas pela doutrina como “efeitos da posse”. Sobre esse assunto, segundo a doutrina civilista tradicional, não pode ser considerado efeito da posse

- A) acesso aos interditos.
- B) aquisição da propriedade por usucapião se presentes os demais requisitos.
- C) indenização por benfeitorias.
- D) responsabilidade objetiva pela perda ou deterioração da coisa, ainda que de boa-fé o possuidor.
- E) direito aos frutos.

Questão 38

A declaração de inconstitucionalidade em um Tribunal de Justiça Estadual somente poderá ser realizada

- A) pela câmara do Tribunal que apreciar a matéria.
- B) pelo grupo de câmaras cíveis ou criminais que apreciar a matéria.
- C) pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- D) pelo voto da maioria relativa de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- E) pelo voto da maioria absoluta de seus membros poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

Questão 39

A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. O direito à liberdade, todavia, não compreende o seguinte aspecto:

- A) ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais.
- B) crença e culto religioso.
- C) participar da vida política na forma da lei.
- D) brincar, praticar esportes e divertir-se.
- E) optar pelo ensino básico alternativo às políticas educacionais estabelecidas pelo governo nas suas respectivas esferas.

Questão 40

Acerca dos direitos da criança e do adolescente dispostos pela Lei n.º 8.069/1990, assinale a alternativa **correta**.

- A) É permitida a venda à criança ou ao adolescente de bilhetes lotéricos e equivalentes.
- B) Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhado dos pais ou dos responsáveis, sem expressa autorização judicial. Tal autorização, entretanto, não será exigida quando tratar-se de comarca contígua à da residência da criança ou do adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos, se na mesma unidade da Federação ou incluída na mesma região metropolitana.
- C) Tratando-se de viagem ao exterior, a autorização é dispensável se a criança ou o adolescente viajar na companhia de apenas um dos pais, independentemente da autorização do outro.
- D) É diretriz da política de atendimento à criança ou ao adolescente a priorização do atendimento por órgão público federal - este com preferência ao atendimento municipalizado.
- E) As entidades de atendimento (governamentais e não governamentais) são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e pela execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes nos regimes estipulados pela lei. Tais entidades possuem autonomia disciplinar e não se submetem à fiscalização pelo Conselho Tutelar.